

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Fernanda de Cássia Aguiar Santos Wartmann

**A DIFÍCIL MISSÃO DE DEMOCRATIZAR O POVO SUB-REPRESENTADO  
DO CERRADO**

Belo Horizonte  
2014

Fernanda de Cássia Aguiar Santos Wartmann

**A DIFÍCIL MISSÃO DE DEMOCRATIZAR O POVO SUB-REPRESENTADO  
DO CERRADO**

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Lilian Cristina Bernardo Gomes

Belo Horizonte  
2014



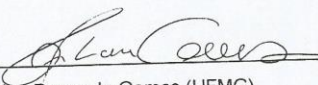
Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH  
Departamento de Ciência Política  
Centro de Referência em Ciências Humanas - Sala 305 - Anexo  
Av. Antônio Carlos 6627 Pampulha - Campus Pampulha.  
Belo Horizonte/MG - CEP 31270-901  
E-mail: adm\_edist@fafich.ufmg.br TEL: (031) - 3409-5004

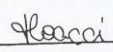
## ATA DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Aos 5 (cinco) dias do mês de novembro de 2014 (dois mil e quatorze), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), reuniu-se a Comissão Avaliadora da monografia intitulada "A DIFÍCIL MISSÃO DE DEMOCRATIZAR O POVO SUB-REPRESENTADO DO CERRADO" elaborada por **Fernanda de Cássia Aguiar Santos Wartmann**.

A Comissão, composta por **Lílian Cristina Bernardo Gomes** e **Thiago Coacci Rangel Pereira**, após apresentação da monografia, deliberou pela sua **aprovação com reformulações**, o que confere à aluna o título de Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros presentes.

Belo Horizonte, 5 de novembro de 2014.

  
Lílian Cristina Bernardo Gomes (UFMG)

  
Thiago Coacci Rangel Pereira (UFMG)

*Dedico esse trabalho aos homens e mulheres de alma grande,  
personalidade forte, mansa e de coração aguerrido que fizeram morada no  
Cerrado, esse bioma riquíssimo que o Deus da vida presenteou os geraís do  
Brasil Central.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Ministério do Meio Ambiente pela oportunidade, como Conselheira Federal do CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente, de ingressar na especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais.

Agradeço a dedicação de toda a equipe do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Agradeço à querida Professora e Orientadora Lílian Gomes o carinho, a atenção, a presteza e o cuidado dedicados a mim durante a construção desta monografia, pois, foram essenciais para o meu aprendizado.

*“É natural que nem todos gostem de política, mas se participação e envolvimento têm coincidido tão de perto com diferenças de classe, gênero ou etnicidade, então estamos diante de uma forte evidência de desigualdade política” (Anne Phillips).*

## RESUMO

O presente estudo se propõe a realizar um breve relato histórico da ocupação humana do bioma Cerrado desde o período colonial aos dias atuais. Uma região, que teve a sua ocupação incentivada por seus governos, desenvolvida pelo pioneirismo e coragem de muitos migrantes que desbravaram o bioma Cerrado, ainda sofre, nos dias atuais, com injustiças sociais, ausência do governo e convivem com homens e mulheres à margem do processo democrático do país. Para aumentar a participação democrática, o estudo aponta a necessidade de articular as perspectivas, interesses e valores desses grupos marginalizados com o Estado, minorando suas desigualdades e criando novas condições para operacionalizar as instituições existentes. O estudo aborda a teoria de democracia deliberativa ou comunicativa de Iris Marion Young e a representação por interesses, opiniões e perspectivas. Os desafios enfrentados pelos grupos sub-representados no campo político e as estratégias afirmativas e transformadoras de Nancy Fraser.

**Palavra-chave:** Cerrado, povo, governo, democracia, participação, representação

## **ABSTRACT**

The main goal of this study is to present a short historical report of Cerrado biome occupation by human beings, since the colonial period to current days. Even though the region occupation was encouraged and developed by brave pioneers, Cerrado biome still suffers with social injustice, government carelessness and people living outside of democracy process. To increase the democracy participation, the study shows the need to develop interests and values of these people, to reduce the current inequities and create right conditions to operate institutions that already exist. The Study presents the Communicative or Deliberative Democracy Theory by Iris Marion Young and the representation for interests, opinions and perspectives. The challenges faced by under-represented groups upon politics scene and Nancy Fraser's affirmatives strategies.

**Keywords:** Cerrado, people, government, democracy, participate, representation

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução.....</b>	<b>10</b>
<b>2. Capítulo 1 – O Cerrado Baiano e sua brava gente.....</b>	<b>12</b>
<b>3. Capítulo 2 - Como inserir grupos sub-representados no processo democrático?.....</b>	<b>18</b>
<b>4. Capítulo 3 – Desafios.....</b>	<b>30</b>
<b>5. Considerações finais.....</b>	<b>34</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>35</b>

## Introdução

Em 2004 eu me mudei para uma cidade chamada Luís Eduardo Magalhães, localizada no Oeste da Bahia, há 940 km da capital, Salvador. A cidade foi emancipada no ano 2000, assim, era uma cidade nova com seus moradores vindos de todos os lugares do país.

Naquela época, ouvíamos falar muito do protagonismo dos primeiros gaúchos e paranaenses que chegaram na cidade, do progresso e riqueza promovidos pela agricultura com alta tecnologia, numa região de Cerrado, onde diziam que a terra não tinha valor, com solo arenoso, impróprio para a agricultura, onde não se produzia nada e não tinha ninguém.

Instigava-me a possibilidade de acompanhar uma cidade surgir e desenvolver, mas ao mesmo tempo inquietava-me quando afirmavam que essa região era um espaço vazio, sem ninguém.

A curiosidade moveu três mulheres, eu, Maria Bernadete de Paula e Harue Ariga, a expedicionarem pelo Oeste baiano, numa região do bioma Cerrado, no máximo em área de transição com a Caatinga, para conhecer as pessoas nativas, o que eles comiam, como viviam e como eles enxergavam a chegada do progresso.

Assim, durante todo o ano de 2005, uma vez por mês, realizamos uma expedição pelo Cerrado baiano para conhecer este complexo e sensível bioma e sua brava gente.

“Visitamos algumas comunidades ribeirinhas para conhecer seus costumes, seus valores, suas crenças, a convivência com os rios, a sobrevivência no Cerrado, as dificuldades e os problemas. Registramos por meio de fotos, vídeo e textos a história contada por seus próprios personagens: seus habitantes, suas plantas, seus animais, veredas e rios.

Apreciamos o Cerrado em todas as estações, encontramos em seus jardins flores singelas e insetos exuberantes. Mergulhamos na fartura de suas águas, que traz brilho à natureza e alivia as dores dos menos afortunados. Deleitamos sob o céu estrelado, à luz da lua, e silenciamos diante do passado de um povo sofrido e carente.

Ainda há muito o que ver, o que ouvir, o que sentir e o que fazer... O Cerrado convive com muitos e difusos interesses e nós somos responsáveis pela construção de uma comunidade mais harmônica com o meio,

estimulando uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social, fortalecendo a cidadania, a autodeterminação dos povos e a solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade” (AGUIAR, 2009).

Ao concluirmos a expedição pelo Cerrado Baiano eu escrevi um livro, o qual foi lançado em 2009, em Luís Eduardo Magalhães. Também foi produzido um documentário, o qual foi lançado em 2012 com o apoio da Prefeitura Municipal. O intuito da divulgação dos trabalhos foi valorizar o bioma Cerrado e as pessoas que já viviam na região e seus costumes.

A expedição traz à luz problemas como ausência de governo, isolamento das pessoas que vivem em localidades sem condições de saúde, sem educação escolar, sem assistência. Encontramos pessoas com problemas mentais e alcoólatras. As comunidades, em sua maioria estão esvaziadas porque os jovens se mudaram para as cidades e os adultos consideram que o progresso trouxe riqueza para eles tendo em vista as dificuldades do passado quando andavam até sete dias à cavalo para comprar sal.

Com o desafio de escrever uma monografia sobre participação popular, voltei os olhos para o povo sub-representado do Cerrado e desenvolvi um trabalho utilizando textos do meu livro denominado “Expedição Cerrado Baiano”.

O projeto “Expedição Cerrado Baiano” deseja contribuir de várias maneiras para o enobrecimento da região Oeste, objetivando lançar uma semente e mostrar que é possível fazer nascer de um sonho a possibilidade de construir positivamente este espaço, que ao mesmo tempo que é gigante é de poucos” (AGUIAR, 2009).

No capítulo 1, a monografia relata o processo de ocupação histórica do Oeste Baiano, os incentivos dos governos, as atividades extrativistas e a agricultura de precisão. As disputas de terras e a ausência de titularidade das mesmas. No capítulo 2, são apresentadas as dificuldades de incluir as pessoas sub-representadas do bioma Cerrado no processo democrático do país. E no capítulo 3, os desafios da representação e participação.

## **Capítulo 1**

### **O Cerrado Baiano e sua brava gente**

O livro História do Brasil, de 1627, escrito por um frei franciscano chamado Vicente do Salvador, descreve a forma e o tamanho do território brasileiro, fazendo menção ao Leste e Oeste da seguinte forma: “da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse por negligência dos portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de andar arranhando ao longo do mar como caranguejos” (Panorama Rural, 2006, p. 36).

Os colonizadores do século XIX, ao penetrarem os sertões brasileiros, descobriram uma região muito diferente da faixa verdejante de mata atlântica, pois, a floresta não tinha a mesma densidade, pouca chuva, abrindo espaço para vastos campos, uma vegetação de aspecto inusitado, torta, ao mesmo tempo áspera e bela. Era o Cerrado.

O significado moderno de bioma Cerrado pode ser considerado “uma unidade biológica que apresentou um desenvolvimento e evolução própria, evidenciado pelo grau de endemismo de animais e plantas restritos a sua área. A heterogeneidade e complexidade da distribuição das comunidades vegetais resultam da interação de diversos fatores, como fogo, água, solo e processos históricos do passado, que atuam em diferentes escalas de tempo e espaço” (Cerrado, UNB, 2010, p. 21).

O Cerrado detém 5% da biodiversidade do planeta (PPCerrado, MMA, Brasília, 2011, p.7), sendo considerada a savana mais rica do mundo, porém, um dos biomas brasileiros mais ameaçados devido ao avanço do desmatamento para conversão do uso do solo para a agricultura e pecuária.

Esse antigo e extenso bioma possui uma história evolutiva que vem sendo desvendada desde o século XIX, primeiramente pela busca de ouro e pedras preciosas, depois, influenciada pela “Marcha para o Oeste” do período

Vargas, com o objetivo de ampliar o mercado interno, incentivar a migração e aumentar a produção agropecuária. Também é preciso frisar as obras de infraestrutura e a instituição do crédito agrícola subsidiado e vinculado aos pacotes tecnológicos. A agricultura mecanizada para produção de grãos e a pecuária extensiva continuam sendo dois fatores determinantes do desenvolvimento da região, fortalecidos pelo processo de mecanização, evolução das tecnologias agrícolas, notadamente as relativas à adubação, irrigação e à descoberta de variedades de culturas adaptadas ao Cerrado.

Mas o que aconteceu com o povo do Cerrado diante do processo histórico?

A ocupação humana do Cerrado é antiga, pois estudos apontam a presença humana na região há pelo menos 12 mil anos. Populações tradicionais, como os povos indígenas e os quilombolas contam com um reconhecimento jurídico destacado, suas terras possuem títulos e recebem a proteção do governo. Todavia, outras populações de posseiros, sem títulos, como os geraizeiros, as quebradeiras de coco babaçu, os ribeirinhos e vazanteiros espalhados por todo o bioma enfrentam dificuldades para sobreviverem por conta da degradação ou pressões de seus territórios e ausência do governo.

O que acontece na região Oeste da Bahia não é diferente do restante do Bioma Cerrado. Relatos de homens e mulheres, alguns ainda vivos, narram com riqueza de detalhes a chegada de grileiros, homens armados, que expulsavam os nativos de suas terras, colocavam fogo em suas casas ou matavam quando não desocupavam a área. Depois, cercavam e vendiam. Muita violência e massacres ocorreram em nome do poder e riqueza, deixando as pessoas mais simples e humildes, moradores nativos, à mercê do destino. “Onde a cana era plantada, era adubada com corpo de homem. Escrituras de terra eram escritas de forma confusa. Definiam os limites das terras até onde justo for. Colocavam o nome de justo no trator!” (AGUIAR, 2009, p. 85).

Esses moradores antigos sobreviviam dos frutos do Cerrado e se instalavam à margem dos rios perenes e cristalinos. Faziam pequenos plantios para subsistência ou troca. O sal era buscado em longas distâncias, originado

das salinas de rochedos, e a roupa era costurada pela matriarca. Remédios do mato e rezas faziam parte do processo de cura. Quando morriam, não sabiam nem a causa, pois, não havia diagnóstico. Foi Deus que levou ou foi cobra que matou. Diante de qualquer problema clamavam ajuda apenas de Deus. Uma fé inabalável e admirável.

A extração do leite da mangaba foi a primeira atividade extrativista no Oeste Baiano. A mangabeira é uma árvore típica do Cerrado que pode ter extraído o seu leite, como a da seringueira, o qual era transformado em borracha e comercializado na cidade de Barreiras. Hoje, raramente encontra-se um pé de mangaba pra contar a história. O gado pastava solto na região e o uso do fogo era constante porque faz brotar uma vegetação nativa que alimentava o gado na época.

Na década de 70, o governo queria estimular a ocupação dos “grandes vazios” do território brasileiro, por questão de segurança nacional, segundo o regime militar na época e além de incentivos fiscais, determinou que a Embrapa fizesse uma pesquisa sobre a infertilidade do solo do Cerrado, já que há muita água, nascentes e chuva.

Assim, tendo na mão a nova tecnologia de recuperação de Cerrado, a fronteira agrícola se expandiu com a contribuição de migrantes, principalmente, do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Minas Gerais. A região Oeste da Bahia tornou-se, a partir da década de 80, a região do agronegócio, gerando riqueza através da produção de grãos. Também foram gerados empregos, escolas, postos de saúde, hospitais, hotéis, restaurantes, estradas, aeroportos, bancos, cooperativas, armazéns, indústrias, revendas de produtos químicos, empresas de construção, supermercados, serviços de comunicação, lazer e cultura.

A professora Ignez Pitta, da cidade de Barreiras, afirma que “tudo isto é muito frágil, se não tiver um compromisso com o meio ambiente, nós estaremos construindo aqui o deserto, porque se nós perdermos as chuvas e a perenidade dos rios, daqui a pouco nós vamos estar aqui sem produzir nada” (Aguiar, 2009, p. 112).

Essa riqueza gerada pelo agronegócio e por pessoas politizadas não esconde, mas deixa à margem, os nativos desta região do Cerrado, localizada além do rio São Francisco, que ainda não se emancipou da Bahia e tem nos baianos nativos a mão-de-obra utilizada no agronegócio.

Uma região, que teve a sua ocupação incentivada por seus governos, desenvolvida pelo pioneirismo e coragem de muitos migrantes que desbravaram o bioma Cerrado, ainda sofre, nos dias atuais, com injustiças sociais.

Atualmente, observamos um esvaziamento das comunidades rurais, onde esses moradores antigos são encontrados. Permanecem os aposentados, aqueles que têm algum vínculo com a terra porque cresceram ali, seus pais foram enterrados ali e é ali que querem morrer. Seus filhos ou netos, sem o mesmo vínculo com a terra, já influenciados pela televisão, ou com o objetivo de estudar, mudaram-se para a cidade, em busca de “melhor qualidade de vida”, inchando as periferias das cidades, onde pagam aluguel, água e energia elétrica. Há relatos orais de jovens envolvidos com o tráfico de drogas para ganhar dinheiro fácil, com um destino trágico.

Nas comunidades são observados vários casos de alcoolismo e consangüinidade. No relato do livro Expedição Cerrado Baiano, de minha autoria, descrevo os problemas encontrados nessas comunidades:

Os problemas acarretados pela cachaça, droga lícita, são alarmantes. Trata-se de um sério problema social. As crianças aprendem cedo a cultivar o álcool e o fumo. Sem formação cultural, sem religião, sem informação, sem força de vontade, essas pessoas são exemplos da exclusão social. Os olhares políticos estão voltados para as grandes áreas irrigadas e de sequeiro que giram dinheiro e acolhem a mão-de-obra sem qualificação, estimulando esse povo ribeirinho a deixar suas rocinhas e sua vida de patrão para serem empregados. A verdade é que desaprenderam a plantar, perderam o estímulo e preferiram o dinheiro fácil (AGUIAR, 2009, p. 56).

Como mudar o rumo dessa história? Ainda existem jovens moradores nessas comunidades que desejam permanecer em sua localidade de origem. Desejam melhorias sim, mas não desejam morar em cidades onde tudo é pago, inclusive o feijão e a farinha, diferentemente da roça, seu pedaço de chão sem escritura, o bem mais precioso, garantido apenas com a posse, que em muitos casos não foi mantida de forma mansa e pacífica, mas há um custo

muito algo. “A exemplo dos índios, a cultura local, as tradições, o modo de cultivar a terra, de criar os filhos, são repassados de pai para filho. Constituem a herança de um povo sem títulos, assim, como a posse de suas terras” (AGUIAR, 2009, p. 64).

Esses homens e mulheres, que ainda vivem nessas comunidades, sem proteção jurídica de suas terras, vivem do que plantam, sem financiamento bancário ou apoio do governo, pois, não possuem escritura. Plantam e esperam o dia em que Deus mandar a chuva e agradecem quando a rocinha, à beira do brejo, produzir.

É nítida a carência de carinho, atenção e de um simples bate-papo entre crianças, jovens, adultos e idosos nas comunidades. É gratificante para nós e para eles que nos recebem. Percebemos isto através do oferecimento, primeiramente, de bancos para sentarmos, depois cafezinhos, doces, biscoitos, o que tiverem para agradar as visitas inesperadas, ou, ainda, se não oferecem, é porque não tem o que oferecer. Mas, se no quintal tem cana, colhem cana para nos dar, se tem banana, colhem banana para nos dar (AGUIAR, 2009, p.71).

Muitas comunidades cresceram à beira dos rios navegáveis, onde as barcas levavam e traziam alimentos, potes e notícias de Barra, Juazeiro e da capital Salvador. “A vida era em função do rio, muito mais do que hoje, já que atualmente existem os veículos terrestres e as barcas perderam a sua utilidade” (AGUIAR, 2009, p. 81).

Muitos anos se passaram, poucas coisas mudaram nas vidas dessas pessoas. A energia elétrica está em quase toda localidade, já a água encanada é bem menos. Pessoas aposentadas sustentam famílias inteiras e muitas jovens mães formam novas famílias desestruturadas.

Mas, ainda há esperança de oferecer à posteridade, aos nossos filhos e netos, uma nova visão de sociedade, de mundo, ou seria muita irresponsabilidade de nossa parte.

Quanto à história do Oeste Baiano, ainda tenho a sensação de que há muito a resgatar e aprender. Todavia, como relatou um morador de Missões de Aricobé:

Ninguém quer saber de cultura, de conhecimentos gerais, de ser brasileiro e ter prazer de ser brasileiro. A maioria não dá valor. Oê começa a contar uma história aqui, um vai saindo, o outro vai saindo...

diz que é passado. Não é passado! Eu acho que as pessoas mais velhas tem muita coisa interessante para contar pra nós! (AGUIAR, 2009, p. 100).

Ao expedicionar pelo Cerrado baiano, visitando doze comunidades, conversando com historiadores, parteiras, pequenos agricultores, comerciantes, donas de casa e muita gente simples, deparamos com a ausência do governo, muitos analfabetos, sustentados pela fé em Deus que acreditam em dias melhores.

Políticas públicas para o Cerrado estão sendo discutidas, como o PPCerrado<sup>1</sup>, Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE<sup>2</sup> e Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas<sup>3</sup>. Todos são importantes instrumentos de gestão no apoio à prevenção e ao controle do desmatamento do Cerrado, porém, não se discute a titulação de suas terras, condições mínimas de qualidade de vida, alfabetização, saúde e educação política.

Todos os programas são de cunho sócio-ambiental, de sustentabilidade, mas nenhum de fortalecimento do processo democrático.

Os 400 mil brasileiros moradores dessas comunidades isoladas carecem de “tomar conhecimento de um pedacinho de nosso país, ser ambientado por alguns assuntos da vida” (AGUIAR, 2009, p. 121). Assim, pergunta-se, quais são as políticas públicas voltadas para esses brasileiros?

---

<sup>1</sup> O PPCerrado é um plano de ação tático operacional que reúne ações para redução do desmatamento no Cerrado e a viabilização de alternativas de proteção e de uso sustentável dos recursos naturais. É coordenado pela Casa Civil, vinculado à Presidência da República, incluindo a participação de outros 15 ministérios.

<sup>2</sup> O Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE atua em diversas escalas, organizando o espaço, compatibilizando a legislação, integrando políticas, ações e determinando os diferentes usos do território.

<sup>3</sup> O Plano de Recursos Hídricos de Bacia Hidrográfica está previsto na Lei 9433/97 e tem como objetivo promover o gerenciamento dos recursos hídricos, visando o melhor uso da água e dos demais recursos naturais. Os planos têm o potencial de apontar programas e diretrizes para diversos temas, tais como a mobilização social e educação ambiental, proteção, recuperação de áreas degradadas, capacitação, fortalecimento institucional e áreas protegidas, incluindo o arranjo institucional para a sua gestão.

## Capítulo 2

### Como inserir grupos sub-representados no processo democrático?

Homens e mulheres que vivem em comunidades rurais, afastadas das cidades, entendem democracia apenas como o dia de votar para prefeito, vereadores, presidente da república, governador, senadores e deputados federais ou estaduais. O verdadeiro entendimento de democracia está distante ou não faz parte da compreensão dessas pessoas habituadas a utilizar o voto como objeto de troca.

Antes, incentivados pelo próprio governo a ocuparem as terras distantes, além do rio São Francisco, hoje são excluídos do processo democrático do país.

Para Iris Marion Young (2006), a superação da pobreza, da desigualdade e da exclusão social no Brasil é um desafio que extrapola a capacidade de um único nível de governo e requerem a adoção de políticas que incorporem a intersetorialidade, a transversalidade e consigam atender as demandas dos segmentos excluídos.

A democracia como soberania popular não é interessante para alguns políticos que utilizam a máquina pública para cunho particular.

É preciso entender democracia como um processo contínuo de participação e fiscalização de nossos representantes. A participação de diferentes pessoas com interesses, opiniões e perspectivas proporciona equilíbrio na representação. Uma cidadania ativa, participativa, informada e fiscalizadora, não restrita apenas ao período eleitoral, proporciona uma democracia de alta intensidade quando se articula com o sistema político.

O atual desafio é aumentar a participação e articular essa participação com a representação para que esta última tenha legitimidade no processo democrático. Assim, há uma melhora na qualidade do sistema político, diminuindo a distância entre o cidadão e seu representante.

Como aumentar a participação de cidadãos excluídos do processo democrático?

A Constituição Federal de 1988 prescreve em seu artigo 1º que a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um dos fundamentos a cidadania, direito fundamental da pessoa, e no artigo 5º que todos são iguais em direitos e obrigações perante a lei. E vai além, prevendo o princípio democrático que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição. Todavia, o dicionário da língua portuguesa, define cidadão como o indivíduo que está no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, tem a ver com a universalização de seus direitos privados. Desta forma, como ficariam os excluídos? Eles não seriam considerados cidadãos?

A participação cívica é central para o fortalecimento da democracia no país. A democracia precisa se aprofundar e para isso requer um conjunto de formas de participação que vão capacitar as pessoas ao exercício do poder político. As pessoas precisam sair das relações primárias, familiares, e formar uma consciência política, ampliando o interesse por questões coletivas, ampliando a pauta de discussão política, influenciando os tomadores de decisão e fiscalizando o governo.

As comunidades que vivem e sobrevivem no Cerrado estão afastadas do processo democrático do país por ausência e decisão do próprio governo. São pessoas analfabetas, sem documentos civis, sobrevivem dos frutos do Cerrado e da caça predatória. São famílias que vivem nessas comunidades por gerações e não possuem o título de suas terras. São mulheres e homens, posseiros, com a obrigatoriedade do voto, mas analfabetos ou semi-analfabetos, que desconhecem os políticos atuais e os candidatos à eleição.

Assim, a resposta está na necessidade e importância de articular as perspectivas, interesses e valores desses grupos marginalizados ou excluídos com o governo municipal, estadual e federal. Para isso é necessário minorar suas desigualdades e criar novas condições de operacionalizar as instituições existentes. São previstas em lei diversas formas de participação como orçamento participativo, conselhos, conselho de política, audiências públicas e

conferências. O governo tem que agir, pois, é objetivo constitucional da República Federativa do Brasil erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, promovendo o bem de todos.

Hoje a participação é um método de governo, previsto em Decreto Federal sob o n. 8.243/2014, o qual instituiu a Política Nacional de Participação Social, todavia, o professor Leonardo Avritzer considera que deveria ser mais que um método e sim uma maneira de governar.

O Brasil é o país mais participativo do mundo, mas precisa melhorar a qualidade da participação para melhorar a qualidade no sistema político para que o cidadão se sinta mais próximo, mais identificado, representado com as propostas de seus representantes.

A participação é uma forma de estabelecer o equilíbrio, criando o aprendizado da democracia, pois, democracia é o governo do povo e é nela que as injustiças, opressões e desigualdades vêm à tona e tornam-se importantes para serem cuidadas pela sociedade. O espaço público da democracia deve ficar aberto para todos. Os excluídos e sub-representados precisam ingressar neste espaço público que também é um campo político.

Como envolver pessoas marginalizadas que estão há décadas afastadas do campo político?

Luis Felipe Miguel (2009, p. 36) narra em seu artigo o conceito de “campo político”, entendendo que a disputa política não se esgota nos locais institucionalizados de tomada de decisão – eleições, parlamentos, partidos, governos, mas também evita que “tudo é política”. Relata que o espaço da política é construído historicamente e moldado e remoldado de acordo com os embates entre os agentes. Constitui um campo estruturado, com sua hierarquia de influência e que privilegia certas posições e barra a entrada de grupos estranhos.

O campo político é, segundo a definição de Bourdieu, “o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher” (BOURDIEU, 1989, p. 164). Todo campo define-se pela imposição de critérios próprios de avaliação da realidade, em especial pela fixação

de objetivos que se apresentam como “naturais” para aqueles que deles participam – neste caso, a busca pelo poder político.

Além de afastadas do campo político, essas pessoas que vivem em comunidades no Cerrado sofrem todo tipo de opressão social, gerando grande desigualdade social.

Iris Marion Young (TOSOLD, 2000) desenvolveu uma concepção de opressão social que se encaixa ao grupo em análise. Ela define opressão social com cinco características: o problema da distribuição de recursos, a ausência da participação social de determinados grupos da sociedade, ausência de autoridade e respeito de certos grupos, a universalização das experiências e da cultura de certos grupos como norma, decorrente do domínio que exercem sobre os meios de interpretação e comunicação na sociedade, tendo como consequência a estigmatização e a inferiorização de determinados grupos sociais, vistos como desvio da norma e a invisibilidade de suas experiências; e a violência como opressão a certos grupos da sociedade. Assim, conclui que a redistribuição de bens e recursos econômicos não são suficientes para reverter as desigualdades sociais.

As comunidades isoladas do Oeste Baiano sobrevivem dos recursos naturais, sem acesso aos benefícios do governo; não participam da sociedade e não possuem poder de interferência política, são marginalizados e oprimidos pelos grupos dominantes, possuem dificuldade de acesso à informação, ao transporte, à saúde e à educação.

É visível que grupos marginalizados ficam vulneráveis no processo democrático, pois, sem recursos materiais, sem condições de expressar, interagir e participar dos arranjos institucionais são usados pelos grupos dominantes e submetidos aos interesses destes.

Para solucionar o problema da reprodução da desigualdade inerente aos arranjos institucionais que regulam o processo de deliberação, em sociedades marcadas por amplas desigualdades, Young propõe a “democracia deliberativa ou comunicativa”:

(i) a inclusão da representação de grupos marginalizados no processo de deliberação, como também (ii) uma mudança dos arranjos institucionais a fim de que estes sejam mais sensíveis aos diferentes

modos de expressão de perspectivas na sociedade. Assim, a idéia de Young é, através de tais recursos, acolher no processo deliberativo outras formas de expressão que não passam diretamente pelo argumento racional, mas são extremamente relevantes a fim de permitir que discursos não dominantes tenham voz e outras perspectivas sociais possam ser compartilhadas e se fazer conhecer. São modificações institucionais que pretendem transformar o espaço da deliberação em uma arena mais inclusiva e menos geradora de distorções que perpetuam desigualdades estruturais (TOSOLD, 2000).

Luis Felipe Miguel (2010) acrescenta que Young migra da idéia original de representação de interesses, expressa em *Justice and the Politics of Difference*, para a idéia de representação de perspectivas sociais dos grupos subalternos da sociedade, a partir de 'Communication and the Other: Beyond Deliberative Democracy.

Young conceitualiza a representação como um relacionamento diferenciado entre atores políticos engajados num processo que se estende no espaço e no tempo.

Numa sociedade complexa e com muitos milhões de pessoas a comunicação democrática consiste em discussões e decisões fluidas, sobrepostas e divergentes, dispersas tanto no espaço como no tempo. Por essas razões, muitas propostas recentes de maior inclusão política nos processos democráticos defendem medidas que propiciem maior representação dos grupos sub-representados, especialmente quando esses grupos são minorias ou estão sujeitos a desigualdades estruturais (YOUNG, 2006, p.140).

Young propõe três modos gerais pelos quais uma pessoa pode ser representada num contexto político: interesses, opiniões e perspectivas. Sendo que a representação da perspectiva, em particular, provê argumentos para a representação especial de grupos sociais oprimidos ou desfavorecidos, na medida em que evita o problema de atribuir opiniões ou interesses comuns a todos os membros desses grupos.

O que dou a entender quando digo que me sinto representado no processo político? Há muitas respostas possíveis para essa pergunta, mas três delas me parecem se destacar como as mais importantes. Primeiramente, sinto-me representado quando alguém está cuidando de interesses que reconheço como meus e que compartilho com algumas outras pessoas. Em segundo lugar, é importante para mim que os princípios, valores e prioridades que penso deveriam nortear as decisões políticas e verbalizados nas discussões que as deliberam. Por fim, sinto-me representado quando pelo menos algumas dessas discussões e deliberações sobre políticas captam e expressam o tipo de experiência social que me diz respeito, em razão da minha posição num grupo social e da história das relações desse grupo social (YOUNG, 2006, p. 158).

Young define interesses como os meios para alcançar objetivos, aquilo que afeta ou é importante para os horizontes de vida dos indivíduos ou para as metas das organizações. Sustenta ainda que a representação do interesse é corrente na prática política, e talvez haja mais teoria da representação do interesse do que de qualquer outro tipo de representação.

No que tange a opiniões, define-as como os princípios, valores e prioridades assumidos por uma pessoa na medida em que fundamentam e condicionam seu juízo sobre quais políticas devem ser seguidas e quais fins devem ser buscados. Sustenta também que opiniões são contestáveis e freqüentemente algumas podem se mostrar mais bem fundamentadas que outras. No entanto, uma democracia comunicativa requer a livre expressão e o questionamento de opiniões, bem como uma ampla representação de opiniões em discussões que levem a decisões políticas.

Em relação às perspectivas sociais, Young sustenta que pessoas diferentemente posicionadas têm diferentes experiências, histórias e compreensões sociais, derivadas daquele posicionamento. Conforme suas posições sociais, as pessoas estão sintonizadas com determinados tipos de significados e relacionamentos sociais, com os quais outras pessoas estão menos sintonizadas. Eventualmente estas últimas não estão posicionadas sequer de forma a ter consciência deles. A partir das suas posições sociais as pessoas têm compreensões diferenciadas dos eventos sociais e de suas conseqüências.

A perspectiva social é o ponto de vista que os membros de um grupo mantêm sobre os processos sociais em função das posições que neles ocupam. As perspectivas podem ser vivenciadas de um modo mais ou menos autoconsciente. As experiências culturais de povos ou de grupos religiosos diferenciados, bem como de grupos que reagem a uma história de injustiças ou de opressão estrutural, freqüentemente lhes conferem interpretações refinadas acerca de suas próprias situações e de suas relações com outros grupos. A perspectiva pode se revelar em histórias e em canções, em brincadeiras e em jogos de palavras, assim como em formas de expressão mais assertivas e analíticas. Assim, uma perspectiva social não comporta um conteúdo específico determinado. Nesse sentido, a perspectiva difere do interesse e da opinião. A perspectiva social consiste num conjunto de questões, experiências e pressupostos mediante os quais mais propriamente se iniciam raciocínios do que se extraem conclusões. A perspectiva é uma abordagem da maneira de olhar eventos sociais, a qual condiciona, mas não determina o que se vê (YOUNG, 2006, p. 163).

Young conclui que a diferença mais relevante entre perspectivas, interesses e opiniões é que dentre esses últimos podem ser encontrados alguns que sejam perversos ou ilegítimos, ao passo que uma perspectiva social não é em si mesma ilegítima.

Focando para o Oeste Baiano, em homens e mulheres excluídos do processo democrático, impulsionados por um processo histórico de ocupação, questiona-se quais são as suas perspectivas sociais que precisam ser representadas?

Analisando o seu modo de vida, enxergamos pessoas que vivem do Cerrado, de seus frutos e estações; que demandam assistência técnica e irrigação para plantar, pois, são trabalhadores que desejam permanecer em suas rocinhas, produzir e colher. Ocupam terras, mas não possuem títulos de suas terras, por isso demandam intervenção do governo. São pessoas que adoecem, mas não sabem do que morreram, assim, demandam saúde pública. São analfabetos ou semi-analfabetos, por isso, demandam escolas de qualidade para adultos e crianças, informação e conhecimento da soberania que emana deles mesmos.

Young sustenta que é através da inclusão dessas perspectivas sociais que poderemos atingir a tão sonhada justiça social. Tosold sustenta que a justiça passa a ser derivada dos compromissos estabelecidos no processo deliberativo realizado da maneira menos distorcida possível, dada a inclusão das diferenças, e não da garantia de precondições que possibilitem a formação autônoma dos interesses de grupos que sofrem diversas formas de opressão na sociedade.

É através do florescimento das associações que as pessoas formam de acordo com os seus interesses, opiniões e perspectivas que propiciam a oportunidade de serem representados na vida pública.

O processo de autorização e responsabilização que constitui a prática representativa não deve enfim ser confinado aos organismos públicos oficiais. A livre associação da sociedade civil contribui para a formação e a expressão de interesses e opiniões. A sociedade civil também é uma importante instância de consolidação e expressão de perspectivas sociais. Ademais, a organização e a mobilização nas esferas públicas da sociedade civil estão entre os meios mais efetivos de se manter as

conexões entre representantes e eleitores, e de se efetivar a prestação de contas dos representantes. Aprofundamos a democracia quando encorajamos o florescimento das associações que as pessoas formam de acordo com os interesses, opiniões e perspectivas que consideram importantes. As atividades autônomas e plurais das associações civis propiciam aos indivíduos e aos grupos sociais, em sua própria diversidade, uma inestimável oportunidade de serem representados na vida pública (YOUNG, 2006, p. 187).

Para resolver o problema da representação de grupos sociais sub-representados, Young propõe dispositivos políticos destinados especificamente a aumentar a representação dessas minorias, como cotas em listas partidárias, representação proporcional, cadeiras parlamentares reservadas e delimitação de distritos eleitorais especiais.

Nas décadas recentes, tem-se dedicado cada vez mais atenção à representação de diversos grupos em organismos como esses. Um governo representativo democrático deve ter várias instâncias de organismos eleitos, nomeados e voluntários que discutam opções de políticas, tomem decisões sobre políticas ou supervisionem a efetividade das políticas adotadas. Em tais organismos, é possível e desejável que haja representação de perspectivas sociais de grupos que, de outra forma, não poderiam se fazer presentes (YOUNG, 2006, p. 187).

Todavia, Miguel (2009) enfatiza o problema de inserir esses grupos sociais sub-representados no campo político porque a questão é mais do que ter ou não ter acesso aos espaços formais de tomada de decisão, é a distância entre aqueles que são socialmente considerados como capazes de intervir no debate político e a massa dos que devem abster-se de tentar participar, porque eventuais tentativas não serão levadas a sério.

Miguel (2009) sustenta a exigência de adaptação às regras do campo político, como saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado; o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do tribuno, indispensável nas relações com o público, ou a do debater, necessária nas relações entre os profissionais.

A incorporação de perspectivas diferentes, tal como preconizada por Young e outros teóricos da diferença, encontra limites no fato de que o campo político exige a acomodação das variadas trajetórias e posições sociais à sua própria lógica. Esta incorporação pode ser conflituosa, mas isso não elimina a tendência à reprodução das hierarquias de acordo com os critérios imperantes no campo. Por mais que, como o próprio Bourdieu indica, os integrantes do campo sejam capazes de

agir de forma estratégica para reconfigurá-lo, buscando torná-lo mais favorável à sua própria posição e trajetória, uma pluralidade de perspectivas de origem sempre precisará lidar com a exigência uniformizadora da posse de um *habitus* adequado para a permanência naquele espaço (MIGUEL, 2009, p. 37).

Miguel identifica ainda a concentração do capital político, onde o poder de participar efetivamente das discussões e de tomar as decisões fica monopolizado por um grupo restrito de indivíduos, gerando desigualdade.

Um mecanismo especialmente importante de exclusão do campo político é a exigência de adequação a um determinado padrão discursivo. O “discurso político espontâneo dos dominados”, como diz Bourdieu, é desacreditado simbolicamente. Ele não corresponde aos critérios de elevação de vocabulário, de respeito à norma lingüística culta, de apresentação na forma de “argumentos racionais” que garantem a respeitabilidade necessária para que seja de fato ouvido no campo político. Mesmo elementos à primeira vista irrelevantes, como o sotaque ou o timbre de voz, contribuem, em situações de fala efetivas, para desqualificar os integrantes de grupos minoritários (BICKFORD, 1996, p. 97-98). Múltiplas instâncias, no coração do campo político ou à volta dele, como é o caso dos meios de comunicação de massa (MIGUEL & BIROLI, 2008), reforçam este fechamento dos modos do discurso (MIGUEL, 2009, p. 38).

O discurso dos grupos dominados gera pouca legitimidade no campo político e caso busque padronizar com o discurso dos dominantes, estará desconsiderando a própria origem do grupo sub-representado.

Não se trata de dizer que o subalterno não pode falar, uma vez que o silêncio está definido por sua própria subalternidade (SPIVAK, 1998), fórmula que sacrifica as complexidades do embate político concreto à elegância retórica. Mas entender que a fala do subalterno permanece uma fala subalterna, submetida a dilemas que as falas dominantes não precisam enfrentar (MIGUEL, 2009, p. 38).

Young lembra ainda a ausência de recursos materiais dos grupos sub-representados.

Os grupos dominantes controlam mais recursos materiais, incluído aí o tempo livre, que lhes permite agir de forma eficaz na arena política. São melhor treinados na produção do discurso adequado – ou o discurso considerado adequado é mais próximo de seus padrões de fala, que são marcados positivamente, ao contrário do que ocorre com a fala dos dominados. Seus interesses são mais facilmente travestidos de interesses universais, o que é outro efeito do “imperialismo cultural”: a experiência e cultura do grupo dominante é universalizada e surge como a norma (YOUNG, 1990, *apud* MIGUEL, 2009).

Uma das soluções propostas por Young é incorporar grupos marginalizados ao corpo político através de cotas, assim, como foi feito, a partir da década de 70, com as mulheres. Todavia, Luis Felipe Miguel alerta que

Cotas para mulheres são relativamente fáceis de serem aplicadas, pois, o sexo biológico pode ser tratado como uma variável dicotômica e discreta, com a proporção entre os grupos na população mantendo-se mais ou menos estável. Outras clivagens sociais significativas não possuem tais características, gerando problemas vinculados à fixação de fronteiras (quem pertence ao grupo beneficiado) e à necessidade de recalcular periodicamente o quantum de presença exigido (MIGUEL, 2009, p. 26).

O desafio de identificar quais são os grupos sub-representados que sofrem opressão social é enorme. Como identificar e definir os grupos, cotas, que sofrem com o problema de distribuição de recursos, ausentes da participação social, ausentes de autoridade e respeito, dominados pela universalização das experiências e cultura de certos grupos e que são violentados pelo Estado?

Anne Phillips aponta alguns dos problemas associados às políticas de cotas, três dos quais merecem ser destacados. Cotas em geral guardam um potencial conservador, pois tendem a perpetuar a relevância social das diferenças que elas deveriam ajudar a abolir – isto é, há algo de contraditório em fazer de sexo o critério para acesso à elite política ou de raça o critério para acesso ao ensino superior como meio para alcançar uma situação em que sexo ou raça não estejam associados à presença ou ausência nestes espaços. Cotas também não se adequam a uma realidade em que cada indivíduo possui múltiplas identidades pessoais. E cotas, agora especificamente as eleitorais, podem fazer com que os eleitos por meio delas sejam vistos com preconceito, como representantes de segunda linha, que não representam o povo, mas apenas as minorias às quais estão ligados (PHILLIPS, 1991, *apud*, MIGUEL, 2009).

Na visão de Miguel, as cotas eleitorais não enfrentam o problema da concentração do poder decisório nos regimes representativos. As pessoas comuns, embora nominalmente sejam co-participantes da soberania, estão fadadas à situação de objetos da decisão política. O campo político gera a desigualdade política, excluindo os cidadãos comuns e hierarquizando suas próprias posições internas. Os mecanismos de exclusão e cooptação permanecem ativos e, assim, o ingresso nos espaços de decisão é apenas um passo na busca por maior equilíbrio no exercício do poder político.

Os grupos dominados, assim, precisam mais do que de um lugar para a verbalização de suas perspectivas. Precisam de espaços que lhes permitam constituir autonomamente seus interesses – o que foi chamado de “contrapúblicos subalternos” por Fraser (1992) – antes de colocá-los à prova nas arenas discursivas gerais. A ênfase exclusiva na pluralidade de perspectivas, obscurecendo o papel dos interesses, conta apenas metade da história e deixa de lado o elemento conflituoso que é inerente à atividade política (MIGUEL, 2009, p. 45).

Se a incorporação de novos grupos à esfera política não resolve o problema da desigualdade de poder, como enfrentar o problema das desigualdades estruturais?

Luís Felipe Miguel descreve que a presença é necessária, mas sustenta a necessidade de definição de estratégias afirmativas e transformadoras.

A presença é necessária, mas sua defesa não pode recusar o reconhecimento da permanência dos mecanismos de hierarquização e exclusão próprios do campo, nem ignorar que a edificação de uma ordem mais igualitária exige não apenas a redistribuição dos postos políticos entre os grupos, mas uma redistribuição *geral* do capital político, isto é, da capacidade de intervir no debate sobre as questões de interesse coletivo (MIGUEL, 2009, p.46).

Young já havia apontado que não apenas é impossível ignorar a presença real das diferenças na esfera pública, como também se faz necessário politizá-las se queremos que as desigualdades estruturais sejam combatidas.

Tosold complementa que por mais inclusivos, igualitários e representativos da sociedade que sejam os procedimentos no processo de deliberação, ainda assim as desigualdades estruturais na sociedade estão sendo re-criadas e perpetuadas através dele, pois se procura abafar a possibilidade de conflito a fim de não abrir mão do projeto de democracia deliberativa.

Em face à existência de desigualdades estruturais, o próprio projeto de democracia fica comprometido. Segundo William Scheuerman (1999), Habermas não assume a radicalidade potencial que sua teoria implica ao deixar de apontar a necessidade de igualdade substancial como condição para que a democracia deliberativa possa vir a ter lugar (TOSOLD, 2012).

Fraser (MIGUEL, 2009) define estratégias afirmativas como aquelas que têm por objetivo a incorporação de mais grupos no campo político, questionando as hierarquias vigentes e modificando a composição dos seus estratos superiores, mas não coloca em xeque a sua existência. Já as estratégias transformadoras incorporariam uma ambição utópica. Elas teriam por objetivo “desconstruir” tanto as oposições binárias que fundam as identidades de grupo quanto às próprias estruturas da desigualdade social.

Aplicando a distinção a outra dicotomia que estrutura seu pensamento, redistribuição e reconhecimento, Fraser indica que, no caso da redistribuição, a estratégia afirmativa geral é o Estado de bem-estar, que não mexe nas relações de produção, mas mitiga seus efeitos iníquos, e a transformação é o socialismo. No caso do reconhecimento, as estratégias são o multiculturalismo, voltado a revalorizar identidades hoje estigmatizadas como inferiores ou desviantes (estratégia afirmativa), e a “desconstrução” das oposições simbólicas identitárias (estratégia transformadora) (MIGUEL, 2009).

Os grupos sub-representados possuem grande dificuldade de ingressar no campo político e de terem suas perspectivas sociais discutidas diante da dominação de grupos com maiores condições materiais, lingüísticas e de articulação.

Mesmo que grupos sub-representados obtenham êxito no ingresso do campo político, os mesmos terão dificuldade de acesso ao debate político, pois, terão dificuldade de intervir em questões de interesse coletivo ou em assuntos de maior poder político e econômico, perpetuando a situação de marginalização.

Situação semelhante já ocorre e é analisada por Miguel (2009) ao comparar o avanço que as mulheres alcançaram com o sufrágio feminino, mas permanecem os constrangimentos materiais e simbólicos que as afastam da disputa política.

Mesmo com a fixação de cotas, as estruturas do campo político resistem à inclusão efetiva, mantendo as mulheres em posição periférica e impondo ônus simbólicos especiais à sua ação. E quando ingressam no campo político, conseguem influir apenas em temas menos prestigiados, como a área social, pois, não possuem influência em temas vinculados diretamente ao controle do Estado e de seus recursos e à distribuição dos postos de exercício do poder, permanecendo, estes, sob o poder de influência dos homens (MIGUEL, 2009, p. 46).

O povo sub-representado do Cerrado, semi-analfabeto, com dificuldade de oratória, com poucos recursos materiais e com conhecimento adquirido apenas de suas experiências de vida teria dificuldade de articulação dentro do campo político e de participar de embates de interesse coletivo, por ausência de capital político.

## Capítulo 3

### Desafios

A teoria da democracia deliberativa ou comunicativa de Iris Marion Young responde, como ela mesma diz, a algumas das questões sobre a representação de grupos sub-representados. A representação política pensada por Young não deve ser pensada como uma relação de identidade ou substituição, mas como um processo que envolve uma relação mediada dos eleitores entre si e com um representante. A responsabilidade do representante não é simplesmente expressar um mandato, mas participar das discussões e debates com outros representantes, ouvir suas questões, demandas, relatos e argumentos e com eles tentar chegar a decisões ponderadas e justas.

O conceito de perspectiva social, desenvolvido na obra de Iris Marion Young, mostrou-se útil para avançar na compreensão da representação deliberativa, mas, segundo Luis Felipe Minguel não é suficiente para abarcar todas as suas facetas. Assim, o autor indica três conjuntos principais de problemas que a obra de Young deixa em aberto ou resolve de maneira insatisfatória: a relação entre perspectiva e conflito social, os limites da inclusão política e o efeito das estruturas dos campos na perpetuação das desigualdades.

As pessoas que nasceram e vivem na região Oeste da Bahia possuem uma vivência local, agricultura de subsistência sem apoio técnico, persistência para conviver com a seca ou com a chuva, às vezes sem água encanada ou energia elétrica, desconhecem seus direitos garantidos na Constituição Federal, são oprimidos e estão distantes das ações de justiça social.

O primeiro passo para enfrentar o desafio da representação democrática desse povo é a transferência de informação e empoderamento dessas pessoas sub-representadas. Mostrar a importância da participação dessas pessoas na construção de políticas públicas que também os beneficiarão. Trazer para o campo político local as suas perspectivas, identificar os líderes natos que possam defender essas perspectivas e a importância de trabalharem em cooperação para conquistarem espaço na arena política local. A formação de

associações é importante para demonstrar a representação de um colegiado que compartilha dos mesmos problemas.

Trazer à luz as suas perspectivas, interesses e opiniões provocará um tensionamento no campo político e abrirá as portas para a construção de um novo espaço onde os sub-representados serão ouvidos. A partir daí, o campo político se abre, podendo avançar em todas as esferas de governo.

A teoria defendida por Fraser (MIGUEL, 2009), sustenta que esse grupo dominado possui interesses conflitantes e perspectivas diversas do grupo dominante, com isso, teriam muita dificuldade de articulação.

*(1) Grupos dominados não possuem apenas perspectivas diversas de grupos dominantes: possuem também interesses conflitantes. Apesar das ressalvas em contrário que ela mesma não deixou de fazer, a perda de centralidade dos conceitos de dominação e opressão na obra de Young posterior a “Justice and the Politics of Difference” fez que a idéia de perspectiva social distanciasse-se das injustiças sociais. Com isso, a variedade de perspectivas aproxima-se mais da pluralidade própria de uma sociedade multicultural e deixa desbotado o foco na estruturação das vivências de acordo com constrangimentos associados às desigualdades de poder, recursos materiais e prestígio social (MIGUEL, 2009, p. 44).*

Mesmo que esse grupo dominado, identificado pelas pessoas do Cerrado, consiga chegar ao campo político, ainda não resolve o problema da desigualdade de poder, pois, são pessoas simples, sem oratória, sem recursos, sem técnica e longe dos padrões ditados pela arena política. Provavelmente, terão acesso apenas a temas culturais, sociais, familiares e não compartilharão de debates sobre política econômica, infraestrutura, gestão do Estado, ficando à margem como hoje são as mulheres, as quais participam de nichos com escasso prestígio e sem disputa de poder.

*(2) Embora importante, a incorporação de novos grupos à esfera política não resolve o problema da desigualdade de poder. O processo de debate público, em sociedades marcadas por desigualdades, não as neutraliza ou refuta. Ao contrário, ele incorpora-as de forma decisiva. Os grupos dominantes controlam mais recursos materiais, incluído aí o tempo livre, que lhes permite agir de forma eficaz na arena política. São melhor treinados na produção do discurso adequado – ou o discurso considerado adequado é mais próximo de seus padrões de fala, que são marcados positivamente, ao contrário do que ocorre com a fala dos dominados. Seus interesses são mais facilmente travestidos de interesses universais, o que é outro efeito do “imperialismo cultural”: a experiência e cultura do grupo dominante é universalizada e surge como a norma (YOUNG, 1990a, p. 59) (MIGUEL, 2009, p. 45).*

Por fim, esse grupo dominado, multicultural, com interesses conflitantes, sem forças para romper as barreiras das desigualdades dentro do campo político, pode apenas tensionar o seu funcionamento buscando a igualdade de direitos políticos.

*(3) O campo político é um espaço social hierarquizado, que reproduz assimetrias e exclusões. A presença dos integrantes de grupos dominados nos espaços de poder não elimina, nem reduz substantivamente, por si só, a desigualdade política – apenas torna o conjunto de tomadores de decisão mais similar ao corpo social. Ela pode, sim, gerar tensões e ampliar os custos da reprodução da dominação, mas sempre na contramão dos mecanismos de exclusão e cooptação que o campo põe em funcionamento. E o entendimento desses efeitos depende da consciência da força conservadora das estruturas do campo (MIGUEL, 2009, p. 45).*

É sabido que uma democracia forte deve conter uma sociedade igualmente participativa com o objetivo de influenciar nas decisões governamentais. Todavia, a presença de sub-representados ainda é um desafio. A sua presença no campo político é necessária, mas a sua permanência no campo ainda está sujeita às suas próprias normas de convivência e hierarquia.

A democracia brasileira ainda precisa amadurecer na edificação de uma ordem mais igualitária, recebendo e abraçando no campo político os pequenos agricultores, ribeirinhos, quilombolas, geraizeiros, quebradores de côco e indígenas, não apenas em relação a postos políticos, mas em relação à redistribuição da capacidade de intervir no debate sobre as questões de interesse coletivo, igualdade de poder, de recursos materiais e prestígio.

*A obra de Iris Marion Young, tal como a de Pierre Bourdieu, constrói instrumentos que possibilitam o entendimento dos fenômenos da dominação e busca brechas para contestá-los. A força dos mecanismos de reprodução das hierarquias dadas não permite sonhar com soluções instantâneas e definitivas. Mas é possível esperar avanços, que serão mais sólidos na medida em que reconheçam francamente a complexidade dos desafios a serem enfrentados e que se fundem no compromisso radical com a justiça, entendida como superação da opressão e da dominação historicamente constituídas (MIGUEL, 2009, p. 46).*

A caminhada é longa, mas é necessário dar o primeiro passo. O empoderamento das minorias, o direito às suas terras, a presença do governo em suas localidades, a alfabetização e a garantia mínima de seus direitos constitucionais não são garantia de que ingressarão no processo democrático do país e quando ingressam ainda enfrentam outras injustiças no campo político, mas o dignificam como cidadão.

## Considerações Finais

O Brasil é um país novo em comparação aos países democráticos, considerados do primeiro mundo. Um país colonizado por exploradores portugueses que não encontraram muitas dificuldades para ocupar esse imenso país.

Ainda hoje encontramos indígenas, quilombolas e outras pessoas que vivem como os indígenas do Brasil Colônia. Pessoas que sobrevivem do extrativismo, do plantio para sobrevivência e tomam remédios do mato. Recebem pouco ou nenhum apoio do governo. Nos últimos 5 anos houve a ampliação da rede elétrica e água encanada ou implantação de sisternas, mas é preciso avançar no sentido de fortalecer a sua condição de cidadão participativo do processo democrático do país. Deixar vir à tona sua visão local para uma visão global onde os seus interesses, opiniões e perspectivas possam contribuir para o fortalecimento de direitos civis de seu povo.

A educação formal é importante, mas o entendimento da importância de seu papel como cidadão é maior.

A pergunta é quem vai até essas pessoas que vivem localizadas em comunidades mais afastadas das cidades para lhes dizer o que é democracia? Informá-los que o voto não pode ser trocado? Que é importante eles formarem uma associação e irem até o prefeito para reivindicarem melhores condições de vida? Quem vai orientá-los sobre a constituição dessas associações? Quem vai empoderá-los?

A monografia apresenta um comparativo com as mulheres que já conseguiram o direito de votar, de serem eleitas, inclusive para a presidência do Brasil, que obtiveram cotas partidárias, mas, na arena política, ainda estão restritas a debates sobre família, saúde, cultura e esporte, e não temas como economia e infraestrutura para o país.

Se as mulheres ainda enfrentam muitos desafios, o que dirá do povo sub-representado do Cerrado!?

Assim como este bioma está na pauta das políticas públicas para impedir que o mesmo seja devastado, que os seus animais e plantas endêmicos sobrevivam e que o berço das águas continue trazendo vida a todos os seres vivos, precisamos de políticas públicas para empoderar o povo sub-representado do Cerrado e abrir espaço no campo político para que possa exercer o seu poder de cidadão brasileiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Fernanda. **Expedição Cerrado Baiano**. Gráfica 3 Pinti Ltda, 2009. 121p.

DINIZ, Ivone R.; FILHO, Jader M.; MACHADO, Ricardo B.; CAVALCANTI, Roberto B. **CERRADO: conhecimento quantitativo como subsídio para as ações de conservação**. UNB. Brasília: Thesaurus, 2010. 496p.

MIGUEL, Luis Felipe. **Perspectivas Sociais e Dominação Simbólica: A presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu**, 2009. Projeto de pesquisa "Determinantes de gênero, visibilidade midiática e carreira política no Brasil, CNPQ.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **PPCerrado - Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas: cerrado**. Brasília: MMA, 2011. 200p.

**PANORAMA RURAL**. São Paulo: Publiê, 2006. 203p.

TOSOLD, Lea. **Incluir diferenças (re)produzindo desigualdades? Os limites da democracia deliberativa habermasiana através de um olhar crítico sobre a obra de Iris Marion Young**. Preparado para o II Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, para apresentação na mesa "Jürgen Habermas: Justiça e Comunicação. Reflexões teóricas e empíricas", em 27 de abril de 2012.

YOUNG, Iris Marion. **Representação Política, Identidades e Minorias**. Do original Inclusion and democracy. São Paulo, Lua Nova, 2006.